

02.08.2019

mesa 3

15h30 - 17h00



**Segurança
Pública**

coordenação
Renato de Vitto
mediação
Benedito Mariano

Violência urbana e o planejamento: uma revisão teórica e perspectivas.

Tainá de Paula

Fransérgio Goulart

O termo cunhado por Marc Augé no livro intitulado *Não Lugares*, de 1995, que define espaços transitórios – aeroportos, supermercados, etc. – cada vez mais se adequa à realidade do Rio de Janeiro. A disputa pelo território e a diminuição de direitos fundamentais fazem da cidade um palco de disputa ainda mais acirrado entre classes e, se nos permitirmos flunar no tempo e resgatar o arquétipo modernista de cidade, onde o conjunto de condicionantes interligados – morar, circular, cultivar o espírito e trabalhar – está cada mais distantes do cenário atual. Nesse sentido, faz-se necessária a revisão do que significa o termo cidade. Dos vales mesopotâmicos até hoje, passando pelas diversas culturas orientais e ocidentais, as cidades sempre foram palco de disputa de manutenção de privilégios e desigualdades. O modelo onde parte da cidade é guarnecido de investimentos públicos e privados e uma outra parte é reservada ao lugar dos pobres, é replicado ao longo da história das cidades, presente nas cidades feudais, no modelo das cidades desenvolvidas entre os muros feudais, nos primeiros burgos fordistas e pós-fordistas. , nas cidades europeias da Revolução Industrial, nas cidades [1] No Brasil, assim como em outras cidades coloniais escravistas, o modelo capitalista consolida o processo de pauperização de determinados territórios e ainda no séc. XVII este padrão se consolida como lógica de ocupação.

Na virada do século XX uma cidade como Rio de Janeiro já possuía cerca de 8% de seu território destinado ao lugar dos pobres. Em 2017, cerca de 25% do Rio de Janeiro é ocupado por territórios desprovidos de infraestrutura urbana em alguma medida, seja numa morfologia de favela, loteamento precário ou irregular. do território [2] O crescimento das favelas pode ser explicado de diferentes formas, mas pode-se fazer uma correlação imediata com o mercado de trabalho e imobiliário. Com a renda instável, amplos segmentos da população têm dificuldades para repetir o padrão de crescimento baseado no loteamento periférico e na autoconstrução da casa. Tendo como exemplo ainda o Rio de Janeiro, com a forte concentração dos empregos na cidade, especialmente nas suas zonas centrais, a busca da casa própria na periferia implica pesados custos de deslocamento, em razão da distância e da conhecida precariedade do sistema de transportes público metropolitano. Nesse sentido, os excluídos do mercado imobiliário somente têm acesso à moradia “fora da cidade” – isto é, fora da legalidade urbana e dos padrões mínimos de conforto -, e/ou em zonas fragilmente urbanizadas (caso de favelas, ocupações, casas de cômodo, etc.), tanto pela dificuldade de acesso às linhas de financiamento habitacional como da manutenção da propriedade (pagamento de taxas, e custo de infraestrutura). Esta estrutura demarcada pelo capital delimita duas cidades: uma com acesso aos serviços públicos

e provida de estrutura urbana, com condições plenas de habitabilidade e outra, com altos índices de inadequação habitacional e urbana, impregnada de uma relação nociva do Estado e da sociedade com esses territórios, pautada na naturalização da pobreza, resultado dos anos de ausência de atuação do poder público. Atrelada a essa relação Estado/ políticas públicas X território, temos o entendido aqui como a imagem dos lugares.

Para Pierre Nora além de poder ser transmitida através da história, pode ser reinterpretada, influenciando tanto a memória individual quanto a coletiva. Ou seja: a imagem social naturalizada dos espaços de pobreza é transmitida para moradores e não moradores, e esse processo é fator importante na banalização das características existentes dos territórios e de certa forma cristaliza as preconcepções acerca dos lugares. Os lugares “são para o que nascem” e essa máxima, quando da inação do papel do Estado em reverter o quadro de desigualdades, torna-se a grande causa da irreversibilidade do cenário atual, a imagem de um lugar [3]. A política de morte sempre aconteceu no Brasil mas o genocídio cultural também é central na nossa história. A gente vive hoje uma fase do neoliberalismo que corpos negros não são mais necessários para a atual fase de desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, é possível entender a banalização da violência (e do mal, numa perspectiva arendtiana) e a negação de direitos nos territórios de pobreza, avançando-se a passos largos para a total invisibilidade do que acontece nesses territórios. O Rio de Janeiro, que tem uma rica história de questionamento em relação à situação de seus assentamentos precários, abre mão desse acúmulo e naturaliza o genocídio de sua população favelada, e a pífia e equivocada atuação do poder público em diversos momentos. Nesses territórios, é preciso vencer não só a precária condição de vida, mas literalmente é necessário sobreviver. Dados do Instituto de Segurança Pública apontam que entre janeiro de 2016 e março de 2017, ao menos 1.227 pessoas foram mortas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro. A segurança sanitária e ambiental também são pontos a serem enfrentados por essa população. O Rio de Janeiro, é campeão nacional de casos registrados de tuberculose (11 vezes maior que a média do país eliminar esses problemas.) e pouco ou quase nada está sendo feito para [4] É cada vez mais urgente vencermos a invisibilização dessas questões (e desses territórios) e é premente uma repactuação social, que nos permita avançar numa agenda comum de sociedade, que não naturalize as diferenças. Onde e em que momento as discrepâncias entre “essas cidades” foi colocada?

É preciso revisitar as origens históricas de nossas cidades escravagistas, que cresceram e se forjaram na lógica da exploração de seres com menos direitos e com menor importância. A cidade, a civitas, essa aglomeração humana que hoje o urbanismo ajuda a organizar e categorizar, se não fizermos a repactuação necessária, ficará cada vez mais distante de um ideal de equilíbrio de forças e atividades, pois as tensões colocadas no espaço urbano anularão a principal potencialidade das cidades: a promoção do convívio e a relação entre habitantes e território. Se banalizarmos a tal ponto a insegurança urbana, como garantir o direito à cidade? Como garantir que favelas e periferias estejam categorizadas como cidade de fato? Indiretamente, quando se permite os valões e as incursões militares no meio de crianças, promovemos o fenômeno parecido com o que acontece nos não-lugares. Se utilizarmos a reflexão de Montaner aeroportos e outros locais de trânsito rápido classificados como não-lugares,

perceberemos como a não permanência e a constante prova de inocência necessária nesses locais (em aeroportos, por exemplo, prova-se a todo instante que não se é ladrão, terrorista, vigarista, etc.) é uma realidade corriqueira nas favelas. , sobre os [5] Concretamente, elevamos o não-lugar ao status de não-cidade, onde parte está refém da ingerência do poder público e a outra parte está inerte vivendo uma falsa imagem de normalidade e de pujança urbana, feliz com a inserção de equipamentos da cidade-espetáculo: temos ao mesmo tempo aquários e prédios do Norman Foster, mas também temos creches e crianças sendo alvejadas em suas escolas.

A quem serve essa cidade formal/legal? Porque a esquerda ainda tem dificuldade de falar e elaborar sobre segurança pública? Por que discutir segurança pública é discutir racismo, xenofobia e outros processos sociais não debatidos na academia formal. Precisamos reformular nossas propostas de política urbana. A violência urbana é apontado como principal problema. Erra-se ao discutir política pública a partir de dicotomias: bem /mal, legal/ilegal, formal/informal, etc... Favela é cidade e ponto. Não podemos admitir essa dicotomia, porém não devemos negar as diferenças.

A quem serve essa cidade formal/legal? Porque a esquerda ainda tem dificuldade de falar e elaborar sobre segurança pública? Por que discutir segurança pública é discutir racismo.

Precisamos reformular nossas propostas de política urbana. A violência urbana é apontado como principal problema.

A fala do gestor da UPP Social Ricardo Henriques em uma atividade em Manguinhos – “agora o favelado pode ser encarado como cidadão porque vai conseguir ter sua conta de luz” – mostra que a simples adaptação da cidade “informal” na cidade formal gera exclusão e expulsão de moradores de favelas “formalizadas” pela valorização imobiliária. Como combater isso? Emissão de títulos de propriedade para moradores de favelas? Como? Como barrar a gentrificação e a remoção branca?

Sem dúvida a política belicista do Governador Witzel, que elevou as taxas de homicídio por arma de fogo institucional ao maior índice dos últimos 20 anos em apenas 5 meses de governo (foram 713 mortes realizadas por policiais) eleva a responsabilidade de construção e políticas urbanas integradas à eliminação da violência urbana. Se em determinado momento a política de confronto pautou planejadores. Os índices de violência e o Estado narco-miliciano nos impõem, a necessidade de um novo modelo.

Como urbanista, conclamo meus companheir@s à reflexão e à construção de uma agenda que não priorize apenas a importância de projetos isolados, mas que seja um grande instrumento de luta na erradicação das desigualdades urbanas, com planos,

projetos e propostas que caminhem nesse sentido. Até quando permitiremos a não-cidade do Rio de Janeiro? Desigual, caótica, falida e inerte? Qual a agenda urbana que iremos encampar nos próximos anos?

[1] Os burgos surgiram na Baixa Idade Média, na época da decadência feudal e crescimento comercial e urbano.

[2] Percentual retirado do SABREN – Armazém de dados, 2016.

[3] NORA, P. Science et Conscience du Patrimoine: actes des Entretiens du Patrimoine. Paris: Fayard, Éditions du Patrimoine, 1997.

[4] Leia mais: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-quer-abrir-janelas-em-700-casas-na-rocinha-21891980#ixzz4vbTWkYeI> [5] Para maior contribuição, ver “A Modernidade Superada”, de Josep Montaner.